

## **Resenha**

BIANCHI, Susana. *La Historia de las Religiones en la Argentina – Las Minorias Religiosas*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. 2. Ed, 2009, 361 p.

### **Romi Márcia Bencke**

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião - UFJF

O livro “*La historia de las Religiones en la Argentina – Las Minorias Religiosas*” apresenta, desde a perspectiva histórica, um panorama geral do campo religioso argentino. Embora a autora procure traçar este panorama de forma ampla, englobando as três religiões do Livro (Judaísmo, Islamismo e Cristianismo), religiões orientais e os novos movimentos religiosos, a análise mais detalhada recai sobre as histórias do protestantismo e do judaísmo.

A partir do questionamento do mito de que “ser argentino é ser católico”, resgata-se o papel de diferentes expressões religiosas no processo de ruptura com a perspectiva colonial de que a unanimidade religiosa deveria ser cristã e católica romana. Estas diferentes expressões religiosas, embora minoritárias, foram fundamentais para a consolidação de um campo religioso autônomo, relevante para impulsionar a secularização e para a formação de um país plural.

*Palavras-chave:* religiões, judaísmo, protestantismo.

Oficiais da Inquisição, no ano de 1610, denunciavam a facilidade com que judeus de origem portuguesa ingressavam em Buenos Aires.

A criação de Colônia de Sacramento aumentou a presença de portugueses

identificados como judaizantes. No final do século XVIII, a presença de cristãos protestantes contribuiu ainda mais para a ruptura do ideal da unanimidade religiosa.

Nas primeiras décadas do século XIX, fortalece-se, na Argentina, o debate sobre o espaço que deveriam ocupar as pessoas que professavam outros cultos em um Estado que se declarava católico. A pergunta era pela conciliação entre uma “verdade revelada”, consagrada por um dogma, e a liberdade de consciência, fundamento da liberdade individual. Este debate inseria-se em um contexto de progressiva separação entre as esferas do sagrado e do profano.

A revolução de 1810, contribuiu para tornar o tema da tolerância religiosa um princípio de luta. O clima de secularização, tolerância e ilustração que se conformava na Argentina fez com ocorresse a aceitação de pessoas de outras religiões. A noção de tolerância se consolidou na medida em que se ampliavam as perspectivas econômicas.

A Convenção Constituinte que estabeleceria o ordenamento jurídico do país polarizou-se em dois grupos. O primeiro, que defendia que o catolicismo deveria ser assumido como a religião de Estado. O segundo grupo, que se baseava nas ideias de Echevarria e defendia que o Estado, como corpo político, não poderia professar uma religião. Para este grupo, não haveria conciliação entre o princípio de liberdade de

consciência e o dogma da religião de Estado.

O pano-de-fundo do debate era o projeto, proposto por Sarmiento, de ampliar o número de imigrantes oriundos do norte europeu com o objetivo de fortalecer a construção da República. Para que a ampliação da imigração acontecesse era necessário garantir a liberdade religiosa e o exercício de culto. Apoiadores de Sarmiento compreendiam que promover a vinda destes imigrantes sem o seu culto, significaria trazê-los sem o agente principal que constituía seu modo de ser.

A Constituição de 1853, encontrou uma saída intermediária. Tornou a liberdade de culto um direito. Por outro lado, manteve o status da Igreja Católica como religião de Estado.

A autora assinala que a gradativa consolidação da noção de tolerância religiosa ultrapassava as disposições legislativas. Um fator que contribuiu significativamente para isso eram as posições sociais e econômicas ocupadas pelos protestantes, em especial os britânicos, considerados dignos de imitação. Estes grupos conviviam com a elite nativa.

Uma preocupação dos protestantes como forma de garantir a continuidade de seus costumes e tradições era a de construir escolas. O decreto governamental de 1831, que coibia a abertura de escolas particulares, não impediu que continuassem sendo fundadas escolas protestantes.

Nas últimas décadas do séculos XIX, ocorreu um grande fluxo migratório, resultado, principalmente, dos diferentes convênios firmados entre o Estado e empresas colonizadoras. A partir disto, formaram-se muitas colônias integradas por suíços reformados, alemães luteranos, suíços valdenses e evangélicos congregacionistas.

Nestas colônias, o exercício religioso não necessariamente significou a continuidade da confissão de uma

determinada fé. A religião representou o que a autora chama de “*refúgios da etnicidade*”. A prática religiosa era um instrumento de preservação identidade de origem, da conservação do idioma e das idiossincrasias culturais.

Pelo fato dos protestantes compreenderem a religião como um instrumento de preservação da identidade étnica e por permanecerem rigorosamente circunscritos aos marcos de suas comunidades, a Igreja Católica percebia os protestantes como ameaça. No entanto, a posição católica mudou quando a Câmara dos Deputados, em 1901, decidiu incluir no orçamento nacional um subsídio para as escolas protestantes. O pano-de fundo do debate foi além da liberação ou não do subsídio. O que estava colocado era a disputa entre ideias diferentes sobre o que deveria ser a nação.

As escolas protestantes eram identificadas como contrárias ao sentimento nacional.

Para a autora, a ampliação das denominações protestantes fragilizou a identificação entre catolicismo e nacionalidade e colocou em risco a ambição eclesiástica católica de considerar a totalidade dos argentinos como “rebanho cativo”.

Atenção especial também é conferida pela autora para a história dos judeus na Argentina. São identificadas três ondas migratórias. A primeira, impulsionada pelo projeto de colonização, tinha a prevalência de judeus russos. Este grupo integrou-se facilmente ao contexto argentino e buscava consolidar tanto sua posição quanto seu prestígio social. A segunda onda, iniciada a partir de 1905, era integrada por judeus que tinham passado pela experiência de *ghetto*, alguns traziam consigo experiências de militância política. Ao término da Primeira

Guerra Mundial, ocorre a terceira onda de imigração. Neste grupo, destacavam-se numericamente judeus de origem polonesa.

A motivação inicial que impulsionou a imigração judaica foi o “mito civilizatório da agricultura e do judeu como agricultor”. Pretendia-se com este fluxo imigratório impulsionar a agricultura argentina. No entanto, a maioria destes imigrantes possuía habilidades artesanais e comerciais, que lhes possibilitava buscar alternativas econômicas nos centros urbanos.

A comunidade judaica Argentina é complexa e plural. Os grupos constituíam “etnias religiosas”. A linha que os separava era a língua, mas as atitudes, valores e hábitos também geravam divisões significativas. Os grupos mais expressivos eram os sefardíes (judeus hispanos-portugueses) e os ashkenazíes (judeus oriundos da Europa central e oriental). Estes dois grupos discordavam do papel que a religião deveria desempenhar na definição do “ser judeu”. Esta divergência foi significativa para a fragmentação da comunidade judaica. Em 1901, os aproximadamente 8 mil judeus, residentes em Buenos Aires, se reuniam em 23 congregações diferentes. Para muitos judeus, a prática religiosa também transformou-se em “refúgio de identidade”.

A ascensão dos militares ao poder, em 1943, foi positiva para que se fortalecesse a noção de “nação católica”. Os militares eram identificados com o “mito da nação católica”. Dois fatos ilustram esta identificação. O primeiro é o decreto que impôs o ensino religioso católico nas escolas públicas, firmado em 4 de junho de 1943. E, o segundo, é a fundação do Conselho de Imigração, cuja função era garantir a coesão étnica à população argentina. Havia a compreensão de que o governo deveria atrair imigrantes etnicamente latinos, jovens e assimilados culturalmente ao “destino” da

Argentina. A identificação entre catolicismo e nacionalismo exigia que se assegurasse o predomínio de imigrantes latinos e católicos.

Nesta década, as outras religiões passavam por um processo de argentinização. Gradativamente deixavam de ser “refúgio de etnicidade”, em função disto, ocorreram manifestações tensas contrárias a estas medidas.

Este clima não mudou significativamente com a ascensão do peronismo, que estabelecia uma relação ambígua com as religiões.

Em função das posturas governamentais, intensificaram-se os conflitos entre governo e Igreja Católica. Os conflitos religiosos levaram à criação de um registro de cultos em 1948, que proibia o funcionamento de centros religiosos que não estivessem cadastrados.

Em 1949, a Lei de Ministérios, em seu artigo 21, sob pressão da Igreja Católica, estabelecia que o Ministério de Relações Exteriores e Culto deveria garantir o livre exercício de culto em seus templos, registrando-os para conhecer o seu funcionamento, além de fiscalizar e intervir quando necessário. Mediante este artigo, as igrejas protestantes se organizaram e expressaram sua posição contrária à identificação entre catolicismo e nacionalidade.

As pressões da Igreja Católica sobre o Estado foram fortes. O argumento era que os protestantes atentavam contra o estilo de vida argentino, sua idiossincrasia, instituições políticas, sociais e educativas.

A relação entre nacionalidade e religiosidade foi relevante também para o desenvolvimento e inserção de outras expressões religiosas. Um exemplo é a Umbanda, que só passou a ter legitimidade quando seus líderes religiosos enfatizaram a pertença religiosa ao tronco cultural étnico

africano. Com isso, as comunidades africanistas apresentavam-se tanto como praticantes de uma religião como também depositárias de uma tradição que representava uma das raízes culturais argentinas, a negra.

*Las Religiones en la Argentina – las minorias religiosas* é interessante por apresentar um panorama ampliado do desenvolvimento das religiões minoritárias na Argentina. Sua importância reside no fato de existirem poucos estudos deste gênero.

Um limite da análise é que a autora não aprofunda o contraste entre uma sociedade plural e identificada com valores secularizados e a continuidade do catolicismo como a religião de Estado.

A ausência de uma análise da história das religiões indígenas e as consequências das missões religiosas sobre estas culturas é outro limite da obra, reconhecido pela própria autora.

Destacam-se as tabelas estatísticas e com as distribuições geográficas dos diferentes grupos religiosos. O glossário que esclarece a origem e as compreensões teológicas dos principais grupos religiosos é outro aspecto positivo da obra. Uma outra contribuição relevante é o detalhado ensaio bibliográfico apresentado ao final.